

Os Dois Fortes da Cidade de Filipeia da Capitania da Paraíba (1585-1639): Esclarecendo um Equívoco Recorrente

Leandro Vilar Oliveira¹
George Henrique de Vasconcelos Gomes²

RESUMO: Filipeia de Nossa Senhora das Neves é a terceira cidade mais antiga do Brasil, e em sua origem tivemos o Forte do Varadouro como marco zero. No entanto, essa fortificação acabou por ser confundida com outro forte situado em local próximo e com mesmo nome, construído mais de trinta anos depois durante a época do Brasil holandês. Por conta disso, vários historiadores e estudiosos confundiram ambas as fortificações ao longo da história. O presente artigo apresentou com base na análise de documentação primária escrita e iconográfica, a existência dessas duas fortificações, distinguindo-as e apontando um pouco a respeito da história, origem e fim de cada uma.

Palavras-chave: Brasil Colônia, Fortificação, Brasil holandês.

ABSTRACT: 'Filipeia de Nossa Senhora das Neves' is the third oldest city in Brazil, and in its early days had the 'Varadouro' Fortress as a landmark. However, this fortification has been mistaken for another stronghold located in a nearby place, with the same name, and that it was built more than thirty years later during the time of Dutch Brazil. Consequently, many historians and scholars have confused both fortifications throughout history. The present paper presented, based on the analysis of primary written and iconographic documentation, the existence of these two fortifications, distinguishing them and pointing out a brief history of its origins and end of each one.

Keywords: Colonial Brazil, Fortifications, Dutch Brazil.

Introdução

Os dois fortes que ficavam situados na cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa), foram fortificações pequenas as quais surgiram no período da União Ibérica (1580-1640), fase da história luso-espanhola em que a Dinastia Filipina dos reis Filipe II, III e IV de Espanha, eram governantes também de Portugal e suas colônias. Por conta desse contexto do “Brasil espanhol”, recursos das duas nações foram enviados para a colônia brasileira, a fim de melhorar suas defesas

¹ Doutor em Ciências das Religiões (UFPB), Mestre em História e Cultura Histórica (UFPB), membro do Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos (NEVE), membro do Museu Virtual Marítimo EXEA. E-mail: vilarleandro@hotmail.com.

² Mestre em História e Cultura Histórica (UFPB), membro do Museu Virtual Marítimo EXEA, membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura do Nordeste Oitocentista (GPSCNO). E-mail: georgehsep@gmail.com.

contra os ataques dos franceses, ainda mais o ocorrido com a França Antártica na Baía de Guanabara, que resultou na fundação da Capitania do Rio de Janeiro em 1567. Posteriormente, no século XVII a preocupação foi principalmente com os holandeses que ocuparam várias capitanias do que hoje é o Nordeste brasileiro. (JAYO, 2019).

Devido a esse cenário colonial, houve em determinados momentos a necessidade de melhorar as estruturas defensivas, de forma que se criasse um sistema que pudesse operar de forma eficiente na defesa de um território. Sobre isso, Conceição escreveu:

Fortificação e arquitetura militar não são exatamente sinónimos, inserindo-se num campo multidisciplinar complexo que envolve arquitetura, engenharia, matemática, arte militar, artilharia, urbanismo, arqueologia, história militar, história da ciência e da técnica, história da arte. Se a arquitetura militar respeita à concepção de estruturas edificadas com uma finalidade quase sempre defensiva, já a fortificação envolve não só toda a atividade de invenção e construção de objetos de arquitetura militar, mas também todos os trabalhos necessários às operações militares, incluindo engenhos e o uso inteligente (e interveniente) do terreno, portanto envolvendo mais profundamente a engenharia (tal como hoje a entendemos), implicando assim a concepção do próprio sistema de defesa. (CONCEIÇÃO, 2018, p. 189).

No século XVI as potências europeias e suas colônias estavam inseridos na nova era de como se travar guerras³, fazendo-se uso cada vez maior da pirobalística, ou as armas de fogo. As cidades italianas devido ao contato com os turcos, compraram tais armamentos e ainda no XV começaram a reconfigurar suas fortificações para aderir a nova forma de se guerrear, o que levou ao surgimento das fortificações modernas, cujas formas foram chamadas de “traço italiano”, o qual serviu de modelo para outros países. (PARKER, 1992).

Portugal em seu expansionismo ultramarítimo investiu na construção de fortalezas, fortes, fortins, torres e redutos, sobretudo na África e na Ásia, já adotando algumas técnicas e princípios do “traço italiano”. Depois que suas atenções se dirigiram ao Brasil com o estabelecimento das capitanias hereditárias, sendo a partir de então que se construiu fortificações pequenas em algumas das capitanias brasileiras, sendo a maioria delas feitas de madeira e não adotando o modelo abaluartado⁴, que se tornou padrão posteriormente. (CRUXEN, 2011).

Durante o período da União Ibérica, o rei Felipe II preocupado com as ameaças dos franceses, ingleses e holandeses aos territórios luso-espanhóis no Atlântico, investiu nas décadas de 1580 e 1590 no envio de generais, armadas e tropas para as possessões ultramarítimas nas Américas, a fim de defende-las. A própria presença de Diego Flórez Váldez no Brasil, foi reflexo da preocupação espanhola para melhorar as defesas, fato esse que o general foi enviado para atuar na fundação da Capitania da Paraíba. (JAYO, 2019).

³ O historiador militar Geoffrey Parker (1996) explicou que as principais características da chamada “revolução militar” da Idade Moderna foram: a criação e desenvolvimento das fortificações com baluarte; o emprego recorrente das armas de fogo; o desenvolvimento de uma indústria da guerra; diminuição do uso da cavalaria em detrimento de uma infantaria armada com lanças e mosquetes; reformulação na organização das tropas; mudança nas táticas de batalha; surgimento de escolas militares; aumento na quantidade de soldados nos exércitos; investimento numa marinha de guerra.

⁴ O modelo abaluartado originou-se na Itália, baseando-se no uso de baluartes ou bastiões, estruturas em geral com três pontas construídas nos ângulos das fortificações, as quais reconfiguravam a forma de como posicionar as forças de defesa e de ataque, baseando-se na geometria e aritmética para se posicionar as peças de artilharia, pois disparos em ângulos inadequados, não surtiriam efeito contra os muros. Tal condição tornou os assaltos e cercos em algo mais demorado e técnico. (KEEGAN, 1995).

O primeiro Forte do Varadouro ou Forte da Cidade (1585–1604?)

A história dessa fortificação estava diretamente associada com o processo de fundação da Capitania da Paraíba, o qual teve início em 1574 e que se prolongou até 1585, passando por distintos problemas como falta de recursos, contingente militar insuficiente, desentendimentos no comando e entre os comandantes. Por conta disso, a formalização da conquista da várzea do rio Paraíba demorou vários anos, tendo sido um projeto encabeçado pela coroa ibérica.

Neste caso, a conquista da Paraíba era necessária para proteger os domínios brasileiros contra as incursões de naus francesas que iam contrabandear pau-brasil (*Paubrasilia echinata*) da costa paraibana. Além do contrabando, havia o risco de os franceses montarem algum entreposto ou colônia ali, como tinham feito vinte anos antes na Baía de Guanabara, com a França Antártica. Por conta disso, existia essa preocupação da coroa ibérica em assegurar aquele território, anteriormente pertencente a Capitania de Itamaracá.

[O] Brasil era objeto de ataques e interesses franceses e ingleses desde 1560. Em parte, por isso, vai se transformar rapidamente num espaço estratégico da união ibérica, para contenção do contrabando e proteção das riquezas de Potosí e o combate aos partidários de Antonio Prior de Crato. Depois da morte de Lourenço da Veiga, seu governador – geral, os franceses aproveitaram para ocupar a capitania de Parayba, lugar que tinha um papel fundamental na defesa das riquezas dos territórios de Potosí. (JAYO, 2019, p. 107).

A primeira fortificação da Paraíba foi o Forte de São Filipe e São Tiago, construído na margem norte do rio Paraíba, em que hoje encontra-se a localidade chamada de Forte Velho, situada no município de Santa Rita. Esse primeiro forte foi construído por ordem do general espanhol Diogo Flórez Váldez (1530-1595), realocado da Bahia para a Paraíba, para auxiliar o capitão Fructuoso Barbosa, encarregado da conquista daquele território. Váldez ordenou a construção de um forte provisório, incumbindo o engenheiro Christopher Lintz para fazer o projeto. A fortificação foi erigida com terra e madeira em 1584, em poucas semanas, mas depois foi abandonada em 1585 por deserção de seu capitão Francisco Castrejón, por se desentender com Barbosa.

Barbosa viajou a Pernambuco para conseguir recursos e mais soldados, enquanto isso, o governo real despachou o ouvidor-geral de Pernambuco para apresentar uma proposta de acordo com as tribos potiguaras, as quais estavam ajudando os franceses. No entanto, Martim Leitão e sua equipe ao chegarem na várzea do Paraíba, souberam da presença de outro povo indígena ali, os Tabajaras, recém retornados dos sertões. Em 5 de agosto de 1585, através de um acordo inicial de Martim Leitão e o chefe tabajara Piragibe, foi firmado uma aliança entre portugueses e tabajaras para se combater os potiguaras e franceses.

Ainda em 1585, uma carta enviada pela Chancelaria do rei Filipe II de Espanha, ordenava que um novo forte fosse construído, o local sugerido era a foz do rio Paraíba, ponto estratégico para defender a região. Entretanto, o ouvidor Martim Leitão não considerou o local escolhido, chamado de Cabedelo, como localidade favorável. Com isso, ele ordenou a construção do novo forte no interior do

rio, distando 3 léguas espanholas (c. 18 km) da foz, num porto natural chamado de “porto da Canarea”⁵, situado no rio Sanhauá, mais tarde renomeado de Varadouro. (LINS, 2005).

A 4 de novembro se marcou o forte, de 150 palmos de vão em quadra, com 2 guaritas, que jogam 8 peças grossas, uma a revés da outra e alicerces de pedra e cal, para cujo princípio se fez de ostra e pedra, com 2 juntas de bois, e com uma dúzia de vacas, que levou para inçar a terra, além de muitos porcos, cabras, e todas as criações, com que procurava afeiçoar os homens à terra. (HISTÓRIA DA CONQUISTA DA PARAÍBA, 2010, p. 74).

As informações relatadas nos parágrafos anteriores são uma compilação encontrada na crônica intitulada *Sumário das Armadas*⁶, obra de autoria indeterminada, a qual informa sobre a conquista da Capitania da Paraíba. Com base nesse relato dispomos de informações sobre a fundação do Forte do Varadouro, referido nessa crônica como “forte da cidade”. Também é válido mencionar que o livro *Tratado da Terra do Brasil* (1587), apesar de citar sobre a conquista da Paraíba de forma resumida, no entanto, somente informa sobre o Forte de São Filipe e São Tiago, não relatando a respeito do Forte do Varadouro. Por conta disso, a crônica mais antiga que cita sobre a segunda fortificação, se trata do *Sumário das Armadas*.

O Forte do Varadouro apesar de possuir alicerces de pedra e cal, ele foi erigido de forma similar ao seu antecessor, sendo feito de terra e madeira (torrão e faxina no linguajar da época), por se tratar de uma técnica mais barata e de fácil e rápida execução, como salienta Barthel ao dizer que “em época de guerra, as obras tinham que ser levantadas em caráter emergencial e a construção de taipa se prestava a isto, por usar matérias fáceis de ser encontrados, como a argila, fibras vegetais, cal e madeira, além de proporcionar rapidez de execução”. (BARTHEL, 2007, p. 60).

A fortificação tinha formato quadrangular sem baluartes, e seus 130 palmos equivaleriam a 33 metros de comprimento. Em seu interior encontrava-se a casa do capitão-mor, um armazém e um alojamento. Quanto ao responsável pela planta do forte, essa foi produzida pelo “mestre das obras del-rey”⁷ Manoel Fernandes, que projetou e coordenou suas obras⁸ (LINS, 2006). No entanto, observa-se que se tratava de uma fortificação não abaluartada, como seriam os fortes construídos posteriormente na Paraíba. Por sua vez, João Tavares que participou da conquista da Paraíba naquele ano, foi nomeado capitão-mor em caráter interino, recebendo uma guarnição de 35 homens e suprimentos para 4 meses, tornando-se o primeiro no comando dessa fortificação, não Francisco Morales como já sugerido por outros historiadores. (LINS, 2005).

Não obstante, o Forte do Varadouro serviu de marco zero para a fundação da vindoura povoação de Nossa Senhora das Neves⁹, nome escolhido em referência ao seu dia litúrgico, 5 de agosto, data em que Martim Leitão e o cacique Piragibe firmaram acordo de cooperação, e tal dia se tornou a data de fundação da Capitania da Paraíba. Por sua vez, a povoação foi sendo construída lentamente nos anos seguintes, apenas em 1587 ela foi renomeada como Filipeia, em homenagem ao monarca.

⁵ O nome canarea refere-se a planta *Crotalaria maypurensis*, abundante naquela localidade. (LINS, 2005).

⁶ Usamos a edição de 2010, a qual mudou o título para História da Conquista da Paraíba.

⁷ Equivaleria a ser um arquiteto nomeado pelo rei para atuar em obras civis ou militares. No entanto, essa profissão é erroneamente comparada ao de mestre de obras ou mestre-pedreiro.

⁸ Vários historiadores creditam equivocadamente ao engenheiro Christopher Lintz a elaboração da planta desse forte, no entanto, ele atuou como supervisor das obras. (LINS, 2006).

⁹ Algumas publicações do XIX e começo do XX apresentam o nome Forte de Nossa Senhora das Neves, mas esse nome não era usado na época.

Dessa forma, o Forte do Varadouro despontava como fortificação de defesa daquele pequeno núcleo urbano que era a capital da Paraíba, já que a maior parte da população era rural, vivendo nos engenhos e fazendas de gado, além de haver comunidades de lenhadores e pescadores. Soma-se também aldeias indígenas espalhadas principalmente pela zona da mata litorânea. Por conta disso, o forte apesar de pequeno, foi julgado ser suficiente para aquela cidade. Pois as cidades e vilas coloniais costumavam serem pequenas e ainda baseadas em padrões medievais, mesmo no século XVI.

Os primeiros núcleos portugueses estariam na base numa herança medieval portuguesa e a construção de pequenos fortes e fortalezas no princípio do século XVI, na época de D. Manuel, ainda estariam ligados a sistemas medievais, com torreões cilíndricos que eram aplicados em sistemas defensivos em todas as cidades de fronteira portuguesas por volta dessa época (VALLA, 1996, s/pg.).

Mesmo Filipeia tendo sido fundada em 1585, ela ainda seguia esse padrão medieval português, algo visto com Salvador (1549) e São Sebastião do Rio de Janeiro (1565). As três cidades não eram muradas, não seguiam um traço urbanístico organizado, porém, elas possuíam paliçadas e pequenas fortificações de madeira para sua defesa. Algo também encontrado em algumas vilas. (CRUXEN, 2011).

As fortalezas ou castelos de madeira tinham o objetivo de garantir uma ocupação territorial rápida, durante uma empresa militar. De características efêmeras, eram idealizadas para cumprir funções delimitadas no tempo, enquanto se esperava a construção de uma fortificação definitiva em pedra e cal. Mas este tipo de arquitetura nada tem de menos importante. Esta estrutura de constituição sólida, muitas vezes constituída de um torreão de toras de madeira, cercado por uma paliçada (lembrando em muito os primórdios dos castelos medievais europeus, definidos como *motte and bailey*), permitiu aos portugueses um domínio efetivo de largas zonas da costa africana, pontos estratégicos comerciais no oriente e a organização de território para criação das primeiras vilas e centros urbanos na costa brasileira. (CRUXEN, 2011, p. 124-125).

Entretanto, após tais acontecimentos, a história desse forte se tornou desconhecida. Apesar de sua importância como marco zero para a capital paraibana, além de ser a única estrutura defensiva situada ali, e ter servido de moradia para cinco capitães-mores¹⁰, a fortificação foi perdendo importância para o Forte do Cabedelo, situado na foz do rio Paraíba, em local crucial para ser defendido, pois era a única rota fluvial até chegar à cidade. Com isso, os capitães-mores priorizaram a “porta de entrada” do rio, ao invés do porto da capital. Por conta disso, o Forte do Varadouro foi gradativamente ficando obsoleto.

Em 1603 o governador-geral do Brasil, Diogo Botelho (g. 1602-1608), ordenou a elaboração de um relatório sobre o estado das fortificações da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande. No mesmo ano ele visitou Olinda, tendo se reunido com o capitão-mor de Pernambuco e representantes das capitanias vizinhas. Na ocasião, ele despachou o sargento-mor Diogo de Campos Moreno, renomado engenheiro-militar na colônia, para realizar a inspeção e providenciar o relatório solicitado.

¹⁰ Os capitães-mores que moraram no Forte do Varadouro foram: João Tavares, Frutuoso Barbosa, André de Albuquerque (de forma interina), Feliciano Coelho e Francisco de Sousa Pereira. (LINS, 2005).

Na correspondência do governador-geral encontra-se alguns relatos acerca da vistoria de Moreno, sendo confirmada por outras testemunhas que o acompanharam. A correspondência apresenta a resposta dada por Botelho, o qual deu três ordens: a) demolir o Fortim do Inobi, b) reformar o Forte do Cabedelo, c) fazer trincheiras em Filipeia.

O chamado Fortim do Inobi foi construído por volta de 1589, nas terras do Engenho Inobi, próximo ao rio homônimo. Sendo considerado uma fortificação de fronteira, pois ficava na zona rural. Por ter sido feito de taipa (madeira), estava em péssima condição e assim foi dada a ordem de ser demolido. Já o Forte do Cabedelo era a melhor e maior fortificação da capitania, por conta disso, recebeu mais atenção. Entretanto, a parte mais intrigante das ordens do governador foi a respeito da cidade de Filipeia. Em nenhuma das cartas de sua correspondência, encontra-se menção ao Forte do Varadouro, apenas informa-se que se deveria construir trincheiras resistentes, pois a cidade estava fracamente defendida. O que sugere que o esse forte estivesse obsoleto a ponto de não ter sido dada ordem para sua reforma.

Guilherme Lins (2005) aponta que o Forte do Varadouro tenha sido demolido por volta de 1604, para isso, ele assinalou outro documento da época, elaborado por Ambrósio de Siqueira, ouvidor-geral e provedor-mor da Fazenda Real, o qual entregou em 1605, um relatório encaminhado ao rei D. Filipe III de Espanha. O relatório de caráter econômico, traz uma série de informações financeiras sobre os gastos e pagamentos com oficiais, militares e clérigos na colônia, além de outras despesas e algumas receitas.

Nesse relatório, Siqueira apresentou a folha de pagamento referente ao final do governo de Feliciano Carvalho, terminado em 1600, no qual constava 100 militares na Paraíba, distribuído em três localidades: Cabedelo, Inobi e Filipeia. Todavia, Siqueira citou que em 1603 o governador Botelho ordenou corte de gastos, algo que foi citado a partir da correspondência dele, como comentado anteriormente. Condição essa que o Fortim do Inobi não é citado em 1605 por Siqueira. Todavia, ele apresentou que houve redução nas guarnições do forte do Cabedelo e na cidade. No caso de Filipeia a redução foi de 46 homens para 27. Para Lins (2005), essa redução indicaria o corte do pessoal que guarnecia o Forte do Varadouro, já que esse foi desativado, vindo a ser demolido e em seu lugar construído a casa do capitão-mor.

Embora o documento não afirme que o forte foi demolido, no entanto, Diogo de Campos Moreno em seu relatório intitulado *Relação das praças fortes e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil*, concluído em 1609, escreveu que a cidade de Filipeia não dispunha de fortificação, pois a que havia sido construída de terra, não existia mais. Ele salientou que três canhões dessa antiga fortificação se encontravam ao lado da casa do capitão-mor e outros cinco canhões estavam numa localidade por ele não informada.

Embora o relatório de Moreno tenha sido publicado em 1609, ele começou a ser escrito em 1603, a pedido do governador Diogo Botelho, inclusive ele próprio esteve presente na Paraíba para a vistoria ocorrida naquele ano. Logo, seu relatório atesta que o primeiro Forte do Varadouro não existia mais.

Posteriormente, Moreno em seu segundo livro intitulado *Livro que dá Razão ao Brasil* (1612), ele focou em relatar sobre o Forte do Cabedelo, mas ao comentar sobre a cidade de Filipeia, escreveu

que era uma cidade organizada e com alguns bons prédios de cantaria, mas não possuía fortificações. Ou seja, novamente ele confirmou que não tinha forte naquele tempo.

Por fim, não se conhece nenhuma imagem que retrate o Forte do Varadouro. Como evidência citamos os mapas: *Capitania da Paraíba em 6 graus a sul da Equinothial 1609* de Diogo de Campos Moreno, e *Paraíba. Ov Rio de São Domingos* (1626) de João Teixeira Albernaz, o Velho¹¹, duas das mais antigas representações que se possui da capital paraibana. Nesses mapas temos a representação da cidade de Filipeia e do Forte do Cabedelo, mas em nenhum deles aparece o Forte do Varadouro, pois ele inexistia na época.

O segundo Forte do Varadouro ou Forte de Pedra (1625-1639?)

Construído vinte anos depois da demolição de seu antecessor, o chamado Forte de Pedra¹² (adotamos esse nome para evitar confusões com seu antecessor), também referido como reduto ou fortim, ainda hoje, gera confusão quanto a sua construção, tipologia e identidade. Moura Filha (2004) assinalou que essa fortificação foi construída por volta de 1626, entretanto, consultando o relatório do holandês Assuerus Cornelisz¹³, o qual ficou preso em Filipeia entre 1625¹⁴ a 1628, ele fez uma descrição da cidade e outras localidades. Cornelisz citou o Forte do Cabedelo, no entanto, relatou que o porto da cidade era defendido por uma “muralha” com dois canhões, não havendo outra fortificação ali.

Por outro lado, Barreto (1940) disse que esse forte era o mesmo do Varadouro, tendo sido reformado. Já a historiadora Vilma Monteiro (1972), a qual escreveu sobre as fortificações paraibanas, cometeu o engano ao considerar que o primeiro Forte do Varadouro ainda existisse no tempo das invasões holandesas, além de considerar que o Forte de Pedra fosse uma outra fortificação, estando situada na foz do rio da Guia (no atual município de Lucena, próximo a foz do rio Paraíba), tendo sido construída por Manuel Pires Correia no ano de 1634. Tais erros se repetem em várias publicações ao longo do século XX e até no XXI, em que se tende a considerar que ambas as fortificações fossem a mesma.

Os motivos dessa confusão entre as duas fortificações se deve ao seu nome. Na documentação portuguesa antes da década de 1630, o nome Forte do Varadouro mal aparece, havendo inclusive o emprego do termo “forte da cidade”. Por outro lado, em documentos das décadas de 1630 e 1640, encontra-se o nome Forte do Varadouro, mas esse se refere a segunda fortificação erigida naquele porto. Por conta do uso do mesmo nome, vários estudiosos acreditaram posteriormente que se tratava da mesma fortificação, equívoco ainda hoje mantido. Mas esclarecido tal engano, retomemos as menções sobre o Forte de Pedra.

O piloto português Antônio Gonçalves Paschoa em sua *Descrição da cidade e barra da Paraíba* (1630), nos fornece um relato mais preciso e bastante interessante, a começar pela condição de que ele

¹¹ Esse mapa como outros feitos pelo autor, datavam de anos antes.

¹² Esse nome é usado por Frans Post em uma de suas pinturas que apresentamos neste artigo.

¹³ O pequeno relatório dele pode ser lido no livro *Roteiro de um Brasil desconhecido* (2007), organizado por Joannes de Laet no século XVII. Uma parte desse relatório foi transcrito para o livro *Brasil holandês* (2010) de Evaldo Cabral de Mello.

¹⁴ Assuerus Cornelisz era piloto na armada do general Boudewijn Hendrickszoon, a qual aportou na Baía da Traição, na Paraíba, em 1625. Na ocasião alguns indígenas potiguaras foram embarcados, mas Cornelisz acabou sendo capturado e preso. (LINS, 2007).

viveu naquela cidade por vinte anos, então estava familiarizado com sua arquitetura. No caso, Paschoa relatou que no porto do Varadouro existiriam dois “fortes”, um feito de pedra à beira-rio, possuindo dez peças de artilharia e uma trincheira. Esse forte, disse o autor, foi erigido pelo senhor de engenho Manuel Pires Correia, cinco ou seis anos antes. Por sua vez, o “segundo forte” foi concluído em 1630, por ordem do capitão-mor, e era feito de terra num terreno terraplanado, ficando mais acima do anterior, distando uns trinta passos e possuía oito peças.

Aqui se faz necessário algumas explicações. O relato de Paschoa sugere que o segundo Forte do Varadouro teria sido erguido por volta de 1625, data que é compatível com o relato de Cornelisz, já que ele foi preso naquele mesmo ano. Além disso, Moura Filha (2004) sublinha que um documento da Chancelaria de Felipe III¹⁵, atribuiu a Correia a patente de capitão desse forte em 1626, o que sugere que a fortificação não poderia ter sido construída depois, e possivelmente tenha sido erguida em 1625, ou no mais tardar, no começo de 1626, já que temos que considerar que entre o envio da solicitação de Correia e a resposta concedida, levariam meses para isso se concretizar.

Não obstante, sublinhamos também que o Forte de Pedra é referido por outros autores como será visto a seguir, pelos nomes de reduto e fortim, os quais consistem em fortificações menores do que um forte. Para melhor compreender isso, recorreremos a algumas definições do engenheiro-mor Luís Serrão Pimentel sobre a arquitetura militar. Ele escreveu que forte era uma fortificação que poderia ser cercada por fossos, reparos e ter baluartes. Sendo uma posição defensável com poucos soldados. No caso dos fortes de campanha, esses eram estabelecidos próximos a rios e estradas, de forma a assegurar aquele território, defendendo contra exércitos maiores, usando-se um contingente menor. Por sua vez, o fortim seria um pequeno forte, já um reduto poderia ter um formato quadrado ou ser alongado como um muro. (PIMENTEL, 1680).

Se recordarmos que Assuerus Cornelisz avistou um “muro” com dois canhões, possivelmente tratava-se de um reduto que viria a originar o referido forte, pois naquele tempo um reduto poderia ser simplesmente um muro com canhões montados. Dessa forma, acreditamos que o Forte de Pedra tenha sido construído em 1625, embora possa ter sido concluído somente no ano seguinte e até mesmo ampliado nos anos posteriores. Além disso, pelo relato de Paschoa, haveria um reduto de terra situado nas proximidades dele também, algo feito em 1630, como ele indicou. Esclarecido que nos idos de 1630 havia um forte e um reduto, vejamos o que outros autores escreveram a respeito.

O frei beneditino Paulo do Rosário (?-1655), o qual atuava como comissário provincial no Brasil, estava presente na Paraíba no ano de 1631, data em que ocorreu o primeiro ataque da Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie* – WIC) àquela capitania. O ataque ocorreu em dezembro daquele ano, mas Rosário relatou que meses antes, o capitão-mor Antônio de Albuquerque Maranhão (g. 1627-1634) havia ordenado a construção do Forte de Santo Antônio para auxiliar na defesa da foz do rio Paraíba, ajudando o Forte do Cabedelo. Todavia, Rosário também informou que naquele tempo existiam dois redutos no Varadouro, sendo eles comandados por Manuel Pires Correia e Jerônimo Cadena, ambos eram senhores de engenho¹⁶. (ROSÁRIO, 1632).

¹⁵ Cf. ANTT, Chancelaria de D. Filipe III, L. 25, f. 389v. Esse documento concedeu à mercê para Manuel Pires Correia ser capitão do referido forte pelo prazo de dez anos, recebendo a devida remuneração.

¹⁶ Manuel Pires Correia era dono dos engenhos Santo Antônio e Espírito Santo. Já Jerônimo Cadena era dono do engenho São João Batista. Os dois senhores participaram das guerras contra os

Paulo do Rosário não informou o ano da construção desses redutos, assim como não deu nome a eles. No entanto, observa-se que seu relato corrobora o de Paschoa, ao citar a existência de duas fortificações no porto.

Por sua vez, o capitão donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho (1591-1658), escreveu uma crônica intitulada *Memórias Diárias da Guerra do Brasil* (1654), publicada somente vinte anos após acontecimentos narrados. A respeito da Paraíba, Coelho somente citou a existência de um reduto situado no Varadouro, referindo-se a ele no ano de 1634, sendo na ocasião comandado por Manuel Pires Correia. Porém, após a rendição dos fortes do Cabedelo e de Santo Antônio, em dezembro de 1634, Correia ordenou que o reduto fosse evacuado, as armas e munições fossem levadas também, para não caírem nas mãos do inimigo. (COELHO, 1982).

Uma terceira fonte que se refere a essa fortificação trata-se do *História ou anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais* (1644) de Joannes de Laet (1581-1649) cronista, erudito e mercador que trabalhava para a WIC e foi responsável por escrever a história da empresa. No caso, Laet nunca visitou o Brasil, mas teve acesso à documentação sobre as guerras e outros acontecimentos na colônia. Ele informou que na cidade de Filipeia, em 1631, havia dois fortins, um com seis canhões e o outro com quatro canhões, estando situado um pouco mais acima do anterior. (LAET, 1916).

Por sua vez, em seu segundo comentário, ele relatou que no dia 24 de dezembro de 1634, enquanto os navios holandeses chegavam ao porto do Varadouro, o forte de seis peças (quatro dentro e duas no lado de fora) disparou de 8 a 10 projéteis, porém, sua guarnição fugiu em seguida (LAET, 1920). Nesse ponto, temos alguns problemas: Laet não menciona o segundo reduto em 1634, além disso, seu relato não confere com o de Coelho, o qual disse que o forte foi abandonado antes da chegada dos holandeses.

Joannes de Laet em outro livro seu, intitulado *Roteiro de um Brasil desconhecido*, publicado em 1637, que consiste numa compilação de relatórios de mais de quinze autores, transcreveu o relatório do piloto Bartolomeu Pires, capturado pelos holandeses em 1631, o qual forneceu informações sobre Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande (do Norte). No caso da Paraíba ele disse que havia cinco fortificações, três na foz do rio e “dois fortes de pedra” na cidade. O interessante do relato dele é a confirmação da existência de duas fortificações no porto, mas a novidade é que ele disse que ambas eram feitas de pedra e cal. Diferente de Paschoa que disse que o reduto era de terra. Essa divergência entre os dois relatos quanto aos materiais usados no reduto auxiliar é algo que não temos como esclarecer ainda.

Após a rendição dos fortes paraibanos, a WIC apossou-se da cidade na Véspera de Natal, e do dia 25 a 31 de dezembro o conselheiro político Servaes Carpentier (1599-1645) providenciou os termos de rendição (OLIVEIRA, 2016). Posteriormente em 1635 ele foi nomeado diretor (governador) da Paraíba e do Rio Grande, em caráter temporário, pois deixou o cargo em 1636. Ainda, durante seu mandato, Carpentier escreveu um relatório sobre a natureza, a flora, o gado, a cidade e os engenhos da Paraíba. No entanto, ele não comentou sobre nenhuma fortificação daquela capitania.

holandeses, formando milícias e disponibilizando recursos. (OLIVEIRA, 2016).

Depois de 1634, existe uma lacuna na documentação holandesa sobre a existência do Forte de Pedra. No ano de 1639 tivemos a conclusão do relatório intitulado *Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil*, assinado por Maurício de Nassau, Mathias van Ceulen e Adriaen van der Dussen. O relatório informava vários aspectos gerais das quatro capitanias citadas, incluindo suas fortificações. Entretanto, quando chegamos ao caso da Paraíba, o relatório apenas informou sobre as fortificações situadas na foz do rio Paraíba, e depois disse que na cidade de Frederica (Frederikstad) – como foi renomeada Filipeia – ali foi fortificada a Igreja de São Francisco. Tal informação suscita algumas dúvidas: os autores teriam deixado passar despercebido o Forte de Pedra e seu reduto auxiliar? Ou eles não existiam mais? Para poder esclarecer tais dúvidas, tivemos que recorrer a outros relatórios holandeses.

O próximo que foi consultado é intitulado *Descrição Geral da Capitania da Paraíba* (1639), redigido por Elias Herckmans (1596-1644), que atuou de 1636 a 1639, como terceiro governador daquela capitania. Seu relatório é o mais famoso ao que se refere sobre a Paraíba no domínio holandês. Em sua descrição sobre a cidade, ele destacou suas seis igrejas, a câmara, a prisão, o pelourinho e outras construções. Herckmans assinalou que a Igreja de São Francisco foi fortificada com paliçada, fosso e ganhou uma bateria. Sendo a principal fortificação da cidade, pois abrigava os funcionários da WIC e os viajantes holandeses. E quando se referiu ao porto do Varadouro, ele escreveu que ali ainda se encontrava um reduto de pedra em mal estado de conservação. (HERCKMANS, 2004).

O alto conselheiro Adriaen van der Dussen (1585-1642) também escreveu novo relatório, intitulado *Relatório sobre o Estado das Capitanias conquistadas no Brasil*, concluído em 1639, mas apresentado ao Conselho dos XIX em Amsterdã, no ano seguinte. A obra segue formato similar ao *Breve discurso* do qual Dussen foi autor também, a diferença que esse relatório tem algumas informações a mais. No tocante as fortificações paraibanas, Dussen descreveu as três fortificações situadas na foz do rio, depois descreveu a Igreja de São Francisco, por fim, disse haver no porto um velho reduto de pedra, cujos quatro ou cinco canhões, estavam desarmados. (DUSSEN, 2004).

A hipótese que lançamos é que o Forte de Pedra após a conquista da Paraíba em 1634 tenha sido desativado em algum momento entre 1635 e 1638, pois o relatório de Herckmans informou que aquela fortificação estava em mal estado de conservação, o que significa que ela não estava recebendo atenção e cuidados, o que poderia ser reflexo de sua inutilização. Já Dussen falou que esse forte estava com seus canhões desarmados, mais uma evidência de que essa fortificação realmente tivesse sido desativada, optando-se em fortificar a igreja de São Francisco.

Para endossar essa hipótese recorreremos a algumas informações contidas na documentação administrativa da WIC no Brasil, intitulada *Nótulas Diárias*, em que encontramos duas nótulas do final de 1636, informando sobre a necessidade de reformar as fortificações na barra do rio Paraíba, principalmente o Forte do Cabedelo. Essa ordem foi dada somente dois anos depois quando Maurício de Nassau visitou a Paraíba no começo de 1638. Na ocasião, ele ordenou a reforma do Cabedelo, a construção de uma paliçada no Forte de Santo Antônio (o qual não foi reformado), uma paliçada no Reduto da Restinga, e a construção de trincheiras para fortificar a Igreja de São Francisco em Frederica, que se tornou casa do governador.

O documento nada menciona sobre o Forte de Pedra, entretanto, pode-se depreender dessas ordens dadas pelo próprio Nassau, que a fortificação no Varadouro já nos idos de 1638, era vista como obsoleta a ponto de não se valer sua reforma, optando-se em investir recursos na igreja franciscana. Condição essa que se somarmos aos relatórios de Herckmans e Dussen, tudo indica que o Forte de Pedra já no final de 1637 estivesse desativado ou em vias para isso, pois Nassau visitou a Paraíba em fevereiro do ano seguinte, hospedando-se na cidade.

Outra evidência que endossa nosso argumento advém da nótula diária de 17 de janeiro de 1639, na qual comentando sobre o carregamento de caixas de açúcar no porto do Varadouro, o documento informou que o governador Elias Herckmans se queixou ao Alto e Secreto Conselho da necessidade de providenciar uma reforma naquele porto, pois ele não dispunha de acomodações adequadas. O documento não informa o que exatamente seria feito, apenas apontou a sugestão de se construir um novo armazém. Para isso, o conselheiro Servaes Carpentier viajou à Paraíba para cuidar dessa reforma no porto. Entretanto, o dito armazém que seria construído, foi indicado ser erguido no rio Tibiri, na zona canavieira, não no próprio Varadouro, como assinala a nótula diária de 5 de fevereiro de 1639. Ainda assim, esse documento assinalou que Carpentier também tomou outras providências, as quais não foram informadas.

Nesse sentido, existe a hipótese de que em sua fiscalização no porto do Varadouro, possa ter sido dada a ordem para a demolição do Forte de Pedra, para poder levar adiante a reforma recomendada por Herckmans, a pedido dos moradores da capitania. Se considerarmos que o forte e seu reduto estavam desativados, faria sentido demoli-los para abrir espaço na zona portuária.

Mas além dessas fontes escritas, também dispomos de fontes iconográficas que mostram essa fortificação.

A primeira imagem que citamos é o mapa *Afbeelding der stadt fortressen van Parayba* (1635) feito pelo cartógrafo Nicolaes Visscher (1618-1679). Sua obra apresenta o teatro de guerra na foz do rio Paraíba, destacando o triângulo defensivo formado pelo Forte de Cabedelo, o Forte de Santo Antônio e o Reduto da Restinga, além de mostrar também a localização de algumas das trincheiras, baterias e acampamentos do exército da WIC. Depois Visscher mostra os terrenos nos arredores, o rio e alguns afluentes e com destaque a cidade de Filipeia. Nesse mapa podemos ver os navios da companhia ancorados, armazéns de açúcar em chamas e o Forte de Pedra, referido por ele como sendo uma bateria com duas peças de artilharia (valor menor do que apontado nas crônicas citadas anteriormente).

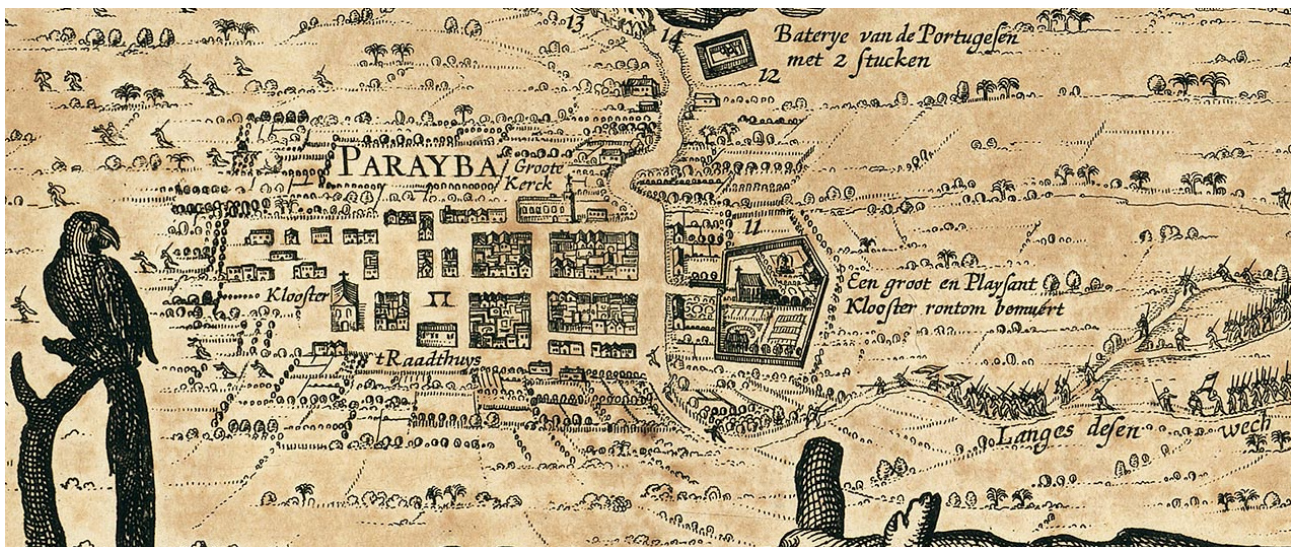


Imagem 1: Detalhe do mapa *Afbeelding der stadt fortressen van Parayba* (1635) de Nicolaes Visscher.
Fonte: Wikimedia Commons

Pela imagem acima, nota-se o detalhe em retratar a cidade de Filipeia, referida como Parayba. Embora Visscher não tenha visitado o Brasil, seu mapa foi baseado em descrições e outras obras anteriores. No caso dessa pesquisa, observa-se que ele chamou o forte simplesmente de bateria, um termo até impreciso, pois uma bateria no linguajar militar, refere-se a uma localidade na qual tenha peças de artilharia armadas para uso. Sendo assim, instalar alguns canhões numa praça, num morro, numa clareira, num terraço, poderia ser definido como uma bateria. Apesar dessa imprecisão terminológica, o mapa de Visscher possui a representação mais antiga conhecida do Forte de Pedra. Mas agora vejamos outros dois exemplos iconográficos que também retrataram essa fortificação.

O pintor holandês Frans Post (1612-1670) veio ao Brasil na comitiva de João de Maurício de Nassau para fazer pinturas sobre a paisagem colonial. Post chegou à colônia em 1637 e permaneceu até 1644, nesse tempo, ele viajou pelas províncias da Bahia ao Maranhão, fazendo várias telas e desenhos. Algumas dessas obras foram publicadas como gravuras no livro *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* (1647) do cronista Gaspar Barléus, contratado para escrever sobre o governo de Maurício de Nassau. Apesar desse livro ter sido publicado em 1647, as gravuras de Post foram feitas anos antes, e, no caso da Paraíba, o pintor teria estado naquela capitania em 1638, tendo pintado o Forte do Cabedelo, o rio Paraíba e a cidade de Frederica.



Imagem 2: Detalhe da gravura *Parayba* (1638) de Frans Post.
Fonte: <http://www.liber.ufpe.br/atlas/modules/home/publications.php>

Na imagem acima podemos ver uma das pinturas de Post retratando a cidade de Frederica. Ele ainda possui uma outra obra, da qual falaremos em breve. No tocante a essa em particular, a letra D refere-se ao Forte de Pedra (*Arx lapidea ad ripam*) como ele escreveu. Já a letra E é um armazém. As demais letras referem-se a localidades na cidade. No entanto, chama atenção que na zona do porto, temos armazéns e o forte. Já o reduto auxiliar não é visível nessa imagem.

Por sua vez, a segunda pintura de Post, intitulada “Cidade Frederica na Paraíba” (ver imagem 3), também datada de 1638, apresenta uma visão mais distante da cidade, no entanto, a vista do porto é a mesma, incluindo o navio ali ancorado, com a vela aberta. Post pode ter usado o mesmo esboço, alterando apenas a paisagem ao redor, concedendo uma coloração em tons mais escuros.



Imagem 3: *Detalhe da pintura Cidade Frederica da Paraíba (1638), Frans Post.*
Fonte: Wikipédia

Com essas três imagens apresentadas é possível perceber que o Forte de Pedra realmente existiu e estava situado no porto do Varadouro, tendo seus muros sendo feitos de pedra como atestam alguns relatos escritos. Além disso, as pinturas de Post apresentam o forte possivelmente nos seus últimos meses, já que haja vista que ele possa ter sido demolido em 1639, como sugerimos anteriormente. Para tentar responder isso, recorreremos a outras publicações do período sobre a Paraíba, datadas da década de 1640.

O cronista Gaspar Barléus ao relatar acerca da Paraíba, ele citou apenas as fortificações na barra do rio e escreveu que na cidade, havia duas igrejas (a de São Francisco e de São Bento) as quais foram fortificadas. Mas nada se referiu ao Forte de Pedra. (BARLEUS, 1968).

Outra evidência que sugere que o Forte de Pedra não existisse nos anos 1640, encontra-se no livro *Memorável viagem terrestre e marítima ao Brasil* (1682) do escritor Johan Nieuhof (1618-1672), consistindo numa publicação póstuma. Nieuhof esteve no Brasil na década de 1640, inclusive seu livro citou documentos do período. Um deles foi apresentado ao conselheiro Matheus van Goch, a 8 de janeiro de 1647, apresentando uma breve descrição sobre as defesas da Paraíba. O documento informou que a cidade somente tinha as igrejas fortificadas, não tendo outro tipo de fortificação ali. (NIEUHOF, 1942).

Por esse relatório apresentado ao Alto e Secreto Conselho, observa-se que o forte também não existia. Por fim, para concluir essa indagação sobre a existência do Forte de Pedra, temos que citar algumas obras iconográficas que podem gerar confusão para os desinformados por conta da época que foram publicadas.

O cartógrafo e pintor Johannes Vingboons (1616-1670), fez duas obras em referência à Paraíba, a primeira foi o mapa *Plattegrond van Frederik Stadt* (1665) e a pintura *Paraijba* (1665). Em ambas podemos ver o Forte de Pedra, no entanto, a pintura em si foi baseada no trabalho de Post, devido a uma série de semelhanças entre as obras. Em seguida temos a pintura *Prospecto della Citta di Paraiba* (1698) de Andreas Antonio Orazi, a qual foi baseada nas obras de Post e Vingboons, por conta nas semelhanças de perspectiva e paisagem. Essa condição foi repetida na gravura *Antiga povoação da Parahyba* (1854) de A.F. Lemaitre. Sendo assim, essas quatro iconografias representam uma fortificação que não existia mais na época em que foram produzidas.

Considerações finais

A presente pesquisa conseguiu demonstrar através de análise historiográfica de fontes primárias de cunho textual e iconográfico que realmente existiram dois fortes do Varadouro, informação como dito anteriormente, ainda pouco conhecida não apenas do grande público, mas também de parte dos historiadores. Nesse caso, endossamos os dados fornecidos por Guilherme Lins (2005), o qual já havia assinalado que o primeiro Forte do Varadouro teve uma existência de cerca de trinta anos, quando foi demolido possivelmente por volta de 1604, como consequência dos cortes de gastos ordenados pelo governador-geral Diogo Botelho. Por sua vez, se passaram uns vinte anos até que nova fortificação fosse erguida na mesma localidade.

No que se refere ao segundo Forte do Varadouro, chamado de Forte de Pedra, conseguimos identificar datas aproximadas, pois ainda não foi possível apurar se ele foi construído efetivamente em 1625, como considerarmos ser o mais provável, ou em 1626 como sugeriu Moura Filha (2004). No entanto, a data do fim dessa fortificação ainda é incerta. Nossas hipóteses sugerem que ele possa ter sido demolido em 1639, já que Frans Post visitou a cidade em 1638 e fez uma pintura e uma gravura, em que ambas retratam a fortificação. Todavia, não sabemos em que mês exatamente o artista esteve na Paraíba, havendo a possibilidade de que o forte possa ter sido demolido ainda em 1638, o que responderia sua ausência no relatório do *Breve discurso*.

Entretanto, para se ter maior certeza de quando o Forte de Pedra tenha sido realmente demolido, teríamos que encontrar algum documento que pudesse conter informações sobre a demolição da referida fortificação. Essa informação talvez possa ser encontrada na correspondência do próprio Herckmans e Carpentier. Lembrando que muitos desses documentos administrativos não foram traduzidos e nem transcritos. Mas enquanto esse registro não foi identificado, assinalamos com base em autores que escreveram na década de 1640, que o forte não existia.

Por sua vez, no tocante ao primeiro Forte do Varadouro a falta de documentação também dificulta a confirmação da data de sua destruição. Fato esse que o tal forte é citado num documento de 1601 e

depois em 1609, uma lacuna de oito anos. No entanto, nos relatórios de 1603 e 1605, os quais foram citados nesse estudo, ele não é mencionado, o que sugeriu a hipótese de que pudesse ter sido demolido em algum momento entre 1602 e 1604, embora achamos que a data de 1604 seja mais próxima, pois coincide com o retorno de Diogo de Campos Moreno da sua inspeção militar feita na Paraíba.

Dessa forma, chegamos a última consideração de que o porto do Varadouro, situado na cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa, possuiu três fortificações durante os séculos XVI e XVII: dois fortes e um reduto. O primeiro Forte do Varadouro, construído por ordem real, idealizado pelo mestre de obras del'rey Manoel Fernandes, feito em madeira e terra, consistiu no marco zero da cidade. Por sua vez, o segundo Forte do Varadouro foi construído por ordem do senhor de engenho Manuel Pires Correia, se desconhecendo suas dimensões e o arquiteto responsável. No entanto, ele e o seu reduto, tiveram uma existência menor do que seu antecessor, tendo durado menos de quinze anos. Assim, esperamos que essa dúvida sobre os dois fortes do Varadouro possa ter sido resolvida, pelo menos quanto a identidade de cada um, embora existam lacunas históricas como citadas, que ainda merecem ser solucionadas.

Fontes

BARLÉUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil** e outras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc. Tradução e notas de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias Diárias da Guerra do Brasil: 1630-1638**. Apresentação de José Antônio de Gonsalves de Mello. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982.

CORRESPONDÊNCIA de Diogo Botelho (Governador do Estado do Brasil: 1602-1608). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo LXXIII, parte I, p. 1-258, 1910.

DUSSEN, Adriaen van der. Relatório sobre o Estado das Capitâneas conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira**, vol. 1. 2. ed. Recife: CEPE, 2004, p. 137-232. 2v

HERCKMANS, Elias. Descrição geral da Capitania da Paraíba. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (editor). **Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista**, vol. 2. 2. ed. Recife: CEPE, 2004. p. 59-109. 2v

HISTÓRIA da Conquista da Paraíba [Sumário das Armadas]. Brasília: Senado Federal, 2010.

LAET, Joannes de. Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde seu começo até o fim do anno de 1636, vol. I-XIII. Traduções de José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. In: **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, n. 30, 33, 38, 41 e 42. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1912-1925. 13v

LAET, Joannes de. **Roteiro de um Brasil desconhecido**: descrição das costas do Brasil. Organizado por José Paulo Monteiro Soares e Cristina Ferrão. Tradução e notas de B. N. Teensma. Recife: Kapa Editorial, 2007.

NASSAU, João Maurício de; CEULLEN, M van; DUSSEN, Adriaen van der. Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil (1638). In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a história do Brasil holandês**: a economia açucareira, vol. 1. 2. ed. Recife: CEPE, 2004, p. 77-129.

MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá razão do Estado do Brasil – 1612**. Com introdução e notas de Hélio Vianna. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955.

MORENO, Diogo de Campos. Relação das praças fortes e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil [1609]. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, vol. LVII, p. 177-240, 1984.

NIEUHOFF, Johan. **Memorável viagem marítima e terrestre pelo Brasil**. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Introdução, revisão e notas de José Honório Rodrigues. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

PASCHOA, Antônio Gonçalves. Descrição da cidade e barra da Paraíba (1630). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, n 3, p. 367-371, 1911.

ROSÁRIO, Paulo do. **Relaçam breve e verdadeira da memorável victoria, que ouve o Capitão-mor da Capitania da Paraíba Antonio de Albuquerque, dos Rebeldes de Olanda**, que são vinte naus de guerra, e vinte e sete lanchas: pretenderão ocupar esta praça de sua Magestade, trazendo nelas pera o efeito dous mil homens de guerra escolhidos, a fora a gente do mar. Lisboa: impresso por Jorge Rodrigues, 1632.

SIQUEIRA, Ambrósio de. Relação de Ambrósio de Siqueira (1605) da Receita e Despesa do Estado do Brasil. Transcrição de José Antonio Gonsalves de Mello. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, vol. XLIX, p. 123-234, 1977.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

Referências

BARRETO, Aníbal (Cel.). **Fortificações no Brasil** (Resumo Histórico). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

BARTHEL, Stela Gláucia Alves. **Arqueologia de uma fortificação**: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz, em Itamaracá, Pernambuco. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. A fortificação no contexto da cultura arquitetônica portuguesa entre os séculos XVI e XVIII: uma leitura geral. **História da arquitetura** – perspectivas temáticas, 2018, p. 189-212.

CRUXEN, Edison. A Arquitetura Militar Portuguesa no período de Expansão Ultramarina e suas origens medievais. **Revista Aedos**, v. 3, n. 9, p. 113-129, 2011.

JAYO, José Antônio Hoyuela. A fortificação sistêmica do Atlântico no Brasil da União Ibérica. In: BARTHOLO, Roberto; MATTOS, Flávia Ferreira de; SANTOS JR, José Cláudio dos (orgs.). **Patrimônio cultural de origem militar: contribuições do ICOFORT RIO 2017**. Rio de Janeiro: Florescer, 2019, p. 101-120.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Ávila. **As fortificações antigas da Paraíba** (século XVI). João Pessoa: Edição do Autor, 2005.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Ávila. **De “mestres das obras del'rei” a “pedreiro”**. O nome do verdadeiro arquiteto do Forte do Varadouro, marco definitivo da conquista da Paraíba. 3ª ed. João Pessoa: edição do autor, 2006.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Ávila. **Governantes da Paraíba no Brasil colonial (1585-1808)**. Uma revisão crítica da relação nominal e cronológica. João Pessoa: Edições Fotograf, 2007.

MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. **História da fortaleza de Santa Catarina**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1972. (Coleção Piragibe).

MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. **De Filipeia à Paraíba**. Uma cidade na estratégia da colonização do Brasil, vol. 1. Dissertação em Doutorado em História da Arte, Universidade do Porto, 2004. 2v

OLIVEIRA, Leandro Vilar. **Guerras luso-holandesas na Capitania da Paraíba (1631-1634): um estudo documental e historiográfico**. 255f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

OLIVEIRA, Leandro Vilar. Paisagem e arquitetura da Fortaleza de Santa Catarina (PB), entre os séculos XVI ao XVIII. **Atlanticus: Revista do Museu EXEA**, v. 1, n. 1, p. 43-69, 2022.

PIMENTEL, Luís Serrão. **Methodo lusitânico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares**. Lisboa: tipografia de Antonio Craesbeeck, 1680.